CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

THYAGO JOSÉ GOMES CRUZ

NEOLIBERALISMO, PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E A NOVA REFORMA DO ENSINO MÉDIO: O ensino como valor de troca

RECIFE
2022

THYAGO JOSÉ GOMES CRUZ

NEOLIBERALISMO, PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E A NOVA REFORMA DO ENSINO MÉDIO: O ensino como valor de troca

Trabalho de conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de licenciado em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Carolina Gonçalves Leite

RECIFE
2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Cruz, Thyago José Gomes.
Neoliberalismo, privatização da educação e a nova reforma do ensino médio: o ensino como valor de troca / Thyago José Gomes Cruz. - Recife, 2022.
40

Orientador(a): Ana Carolina Gonçalves Leite
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Geografia - Licenciatura, 2022.
9.

1. Neoliberalismo econômico. 2. Reforma do Ensino médio. 3. Privatização do ensino. I. Leite, Ana Carolina Gonçalves. (Orientação). II. Título.

370 CDD (22.ed.)

THYAGO JOSÉ GOMES CRUZ

NEOLIBERALISMO, PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E A NOVA REFORMA DO ENSINO MÉDIO: O ensino como valor de troca

Trabalho de conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de licenciado em Geografia.

Aprovado em: 07 de novembro de 2022

BANCA EXAMINADORA

Prof.(a)Orientador(a) Dra. Ana Carolina Gonçalves Leite
(UFPE)
Prof.(a) Ms. Luciana Sardenha Galzerano
(USP)
Prof.(a) Dra. Priscylla Karoline de Menezes
(UFPE)

Em memória de Dona Helena Gomes e Dona Márcia,
Mulheres, vizinhas, amigas, avós e eternas em minha vida.

AGRADECIMENTOS

Queria poder agradecer a todas as pessoas do mundo que, em certos momentos de minha vida, me fizeram ter força de vontade e desenvoltura para tentar concluir o curso. Foram muitas as vezes que pensei em desistir de tudo, ir embora de Recife e criar uma vida nova com as novidades que possivelmente iriam aparecer na minha frente. Acho que um dia ainda irei fazer o que falei acima (menos a parte de desistir do curso, afinal, estou concluindo o mesmo nesse período), mas com a certeza de que terei menos coisas para desistir.

Primeiramente, gostaria de agradecer aos meus pais: Dayse Helena Gomes da Silva e José Carlos da Silva Cruz, que sempre acreditaram em seus três filhos e nunca desistiram de nos motivar em ser alguém dentro das nossas próprias essências.

Agradeço agora aos meus dois irmãos, Watusy Daiany e Thallys Carlos, os quais dividi quarto durante boa parte da minha vida e que hoje, mesmo com distâncias cruzadas entre Tejipió, Boa Viagem e Igarassu, ainda se mostram presentes na minha vida nos mais singelos detalhes, conversas, fofocas e brincadeiras nas reuniões raras de família.

Aos meus amigos da escola São Jorge e outras localidades entre Recife, Jaboatão e Camaragibe, agradeço por serem catalisadores de minha felicidade nos momentos de mais dificuldades. Agradeço a presença de todos vocês nas noites longas de descontração durante esses 11 anos de amizade que compartilhamos via presencial, Skype, Discord, Minecraft, Point Blank, Transformice, League of Legends (esse último tá durando mais que tudo, né?) e outros conteúdos que nos uniram ao longo de todos esses anos. Alex, Américo, Erick, Gabriel, Flávio, João, Junior, José, Lucas, Lourenço, Pedro e Thiago e Vitor, obrigado por serem amigos de uma vida.

A essas pessoas a seguir, queria agradecer por estarem comigo durante todos esses anos de nossa graduação. Não sei muito bem como iniciar esse tópico, pois nós nos demos um nome de grupo que até hoje nem o criador sabe explicar a origem dele. Dotofunberuló(?), obrigado por serem os pilares da formação de cada um que aqui escrevo. Ivanna, Julia, Elisa, Rebeka, Sara, Rafaela, Liza, Lucas, Igor, Carlos, Débora, Neto e Bruna, obrigado por transformarem cada dia desses quase 5 anos de curso em dias mais fáceis de lidar, mesmo com todas as adversidades que o universo nos trouxe.

Caio, Marcellus, Eduardo, Sofir e Maysa, agradeço todos os dias por ter vocês 5 na minha vida. Somente Deus, o Telegram, a Casa Bacurau e aquela mesa específica da rua Mamede Simões vão saber explicar o tanto de amor que eu sinto pelo modo cru, singelo e real

que vocês utilizaram e seguem usando para me mostrar que eu posso sim ser amado nos mais diversos e distintos modos de experimentar sentimentos.

Agradeço a minha querida orientadora Ana Carolina Gonçalves Leite, que seguiu comigo mesmo eu sendo em alguns muitos momentos um trem desgovernado sem rumo e sentido. Sua orientação serviu para me mostrar como a Geografia é instigante e interessante. Irei levar seus ensinamentos comigo por toda minha vida terrena.

Antes do último agradecimento, queria dizer umas palavras para minha querida amiga e parceira de crime, que já foi citada acima: Ivanna Monterazo. Amiga, obrigado por TUDO. Não consigo mais imaginar dias, semanas, anos, séculos do futuro sem você do meu lado. Eu queria poder escrever um TCC inteiro sobre as influências e ideias de Ivanna na minha vida, pois lá eu teria palavras e páginas suficientes para descrever o amor, admiração e carinho que sinto por você e por toda a ajuda e apoio que me proporcionaste durante esses cinco anos de amizade. Eu te amo muito e agradeço todos os dias por Deus e o universo terem colocado você perto de mim durante a visita ao mirante do CFCH lá no dia 27 de Fevereiro de 2018, dia esse que te conheci e irei gravar no meu coração como o início de um dos maiores amores da minha vida. Te amo!

Por fim, sendo considerado por mim o agradecimento mais importante deste trabalho, quero agradecer a minha querida Vovó Helena. A senhora se foi antes da conclusão de minha graduação, mas foi a maior responsável por me manter de pé durante todos esses anos de formação da pessoa conhecida hoje como Thyago. Todos os almoços ao seu lado, todas as idas ao mercado para comprar suas coisinhas, todos os trocados dados para completar o dinheiro da passagem do metrô para ir assistir aula, todas as palavras de afeto, carinho, atenção e motivação. Agradeço por tudo. Meu maior sonho era te mostrar meu diploma de graduado e colocar numa moldura dentro do seu quarto. Infelizmente as adversidades da vida não irão possibilitar esse acontecimento mas, espero que daí do céu, a senhora possa ver que eu tentei e vou continuar tentando em seu nome, glória, honra e amor. Te amo vovó. Agradecimentos milhões nunca irão bastar nessa vida para retribuir tudo o que você representa pra mim.

RESUMO

O presente trabalho irá tratar o neoliberalismo como maquinário de produção de uma sociedade que tem seus pilares no desenvolvimento social a partir da economia descentralizada, do método de ganho, acumulação e distribuição de riquezas.

Durante o desenvolvimento do texto serão iniciadas discussões sobre o Ensino Médio que é uma das fases do ciclo básico de crianças, adolescentes e adultos no mundo da educação. A partir das ideias e teorias da formação de tal episódio do ensino, será discutida a reforma do Ensino Médio, que foi construída dentro da articulação de um modelo neoliberal de se pensar os avanços da educação no Brasil, levando a conversa para um rumo de financeirização e união do estado com a privatização, visando a melhoria fictícia do cenário educacional brasileiro.

Por fim, o trabalho irá traçar um paralelo entre o modelo neoliberal de se fazer economia, com a educação brasileira que vem seguindo o teorema da união entre o estado e a iniciativa privada, problematizando assim a visão falaciosa e intrigante que os autores da reforma tem da educação como moeda de troca de conhecimento num contexto de um país que não apresenta mercado de trabalho suficiente para empregar as próximas gerações atingidas pela reforma.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Educação; Reforma; Ensino Médio; Financeirização.

ABSTRACT

The present work will treat neoliberalism as the production machinery of a society that has its pillars in the social development from the decentralized economy, method of gain, accumulation and distribution of wealth.

During the development of the text, discussions will be initiated about High School, which is one of the phases of the basic cycle of children, adolescents and adults in the world of education. From the ideas and theories of the formation of such an episode of education, the reform of High School will be discussed, which was built within the articulation of a neoliberal model of thinking about the advances of education in Brazil, taking the conversation to a course of financialization and union of the state with privatization, aiming at the fictitious improvement of the Brazilian educational scenario.

Finally, the paper will draw a parallel between the neoliberal model of economics and Brazilian education, which has been following the theorem of the union between the state and private initiative, thus problematizing the fallacious and intriguing vision that the authors of the reform have of education as a currency of knowledge exchange in the context of a country that does not have a sufficient labor market to employ the next generations affected by the reform.

Keywords: Neoliberalism; Education; Reform; High School; Financialization

SUMÁRIO

PRIMEIRAS PALAVRAS.....10

I. O NEOLIBERALISMO COMO MÉTODO E PROBLEMA.....13

1.1. O que é o Neoliberalismo?.....13

1.2. Financeirização de modo geral e atrelada à educação 14

II. A REFORMA DO ENSINO MÉDIO: NOVO CURRÍCULO, CONCEITOS RETRÓGRADOS.....21

2.1. Conceituando o Ensino Médio.....21

2.2. A Reforma do Ensino Médio.....25

III. UM TRAÇADO ENTRE O NEOLIBERALISMO E A REFORMA DO ENSINO MÉDIO…….30

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....35

REFERÊNCIAS.....
.....37

PRIMEIRAS PALAVRAS

Cursar uma licenciatura no Brasil, é um ato de resistência. Dentro do leque das possibilidades ofertadas para se fazer uma graduação, a licenciatura atrai o interesse daqueles que precisam e sentem vontade de fazer a mudança social diretamente de dentro de sua base, que é a escola. Alguns visualizam essa formação como um ponta pé inicial para a vida acadêmica e dos louros da ascensão social, mas, outros irão encarar esse desafio como parte da necessidade de tornar o mundo um lugar mais justo e confortável para aqueles que só têm a educação como desenvolvedora da vida.

O curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco tem duração de quatro anos, às vezes cinco. Participando de uma jornada coletiva com ingresso em 2018.1 e correndo longos anos atravessados por uma pandemia mundial que fez maioria dos colegas precisarem desistir ou dar pequenos passos nessa caminhada, a Geografia serviu e vai continuar sendo uma das maiores dádivas que pude enfrentar e conhecer na minha vida, onde aprendi a reconhecer que tudo é e tudo apresenta geografia em sua formação. O ser humano é geográfico a partir do momento em que ele precisa se localizar no mundo para poder tomar seus rumos e criar novos caminhos no seu desenvolvimento. No meu caso, encontrei este desenvolvimento dentro dos estudos da educação como matéria libertadora da mente oprimida, onde a realidade se faz rodeada dentro e fora da escola, mas sempre caracterizando todo o conhecimento como aprendizado educacional.

As disciplinas voltadas para a área educacional da licenciatura em Geografia foram uns dos pontos mais necessários na formação do pensamento de educador que foi construído durante minha jornada como licenciando. Aprender diretamente na teoria e na prática como funcionam a gestão e funcionamento da escola, os fundamentos educacionais como método de entendimento das questões psicológicas, didáticas e produtoras de conhecimento do estudante e do professor, teorias didáticas e de criação das leis e diretrizes da educação mundial e brasileira. Todos esses tópicos transformados em matérias da graduação, trabalharam incessantemente em minha mente a ideia de que a educação é um processo para sempre contínuo, onde todo o arcabouço histórico vem sendo construído ao longo da história da humanidade.

Juntamente com todas as bases educacionais proporcionadas pela licenciatura, a Geografia como ciência geral e detentora de todo o conhecimento foi a causadora da minha intriga em pensar como se faz educação num contexto que não é inclusivo. Foram tantas viagens, tantos cursos, tantas palestras e inúmeras aulas realizadoras, que possibilitaram

visões diferentes de cada parcela da sociedade e suas peculiaridades, a ponto de criar opiniões diversas em minha mente sobre a educação como matéria transformadora da realidade.

Em minha opinião, a Geografia, primeiro de tudo, é uma ciência cultural. A cultura necessita de espaço para se desenvolver, utilizando da liberdade de se fazer ciência que a Geografia tem, no contexto de uma área que abrange tantas áreas. É da cultura que se faz educação. É da aproximação cultural de cada indivíduo que se pode fazer geografia e educação. Sauer (1977) nos diz que o último agente que modifica a superfície da terra é o homem, onde ele deve ser considerado diretamente como um agente geomorfológico. Mas, além da morfologia terrena, o homem, a partir da culturalidade e da influência que ele tem em formar o caráter e o idealismo de uma sociedade, também irá modificar a forma de ver a terra com os olhares do carinho, da paixão e do sentimentalismo em geral do lugar que habita. E nada mais necessário para realizar essas mudanças, que a educação.

Atrelar a geografia com a educação é um trabalho que demanda conhecimentos empíricos, sobretudo na arte das teorias geográficas. A epistemologia de tal conversa se dá quando se pensa no contexto de institucionalização da produção do espaço geográfico, onde a educação vai entrar como uma discussão que remete ao desenvolvimento de quem faz o espaço geográfico citado acima, realizando assim uma melhor estruturação de quem é produtor de conhecimento neste sentido. Além da institucionalização, a geografia possibilita viver o método de forma prática. Tiro como experiência exata de tal visão, as aulas de campo proporcionadas pelos professores juntamente com a coordenação e a própria organização da Universidade. Nunca, em 21 anos de entendimento de vida que tenho, me imaginei conhecendo cidades interioranas e litorâneas do Nordeste da mesma forma que a Geografia me deu prazer. Prainha do Canto Verde e Beberibe no Ceará, Delmiro Gouveia em Alagoas, Paulo Afonso na Bahia, Teixeira na Paraíba, Martins no Rio Grande do Norte. Foram tantos locais, tantas experiências e tantos motivos para voltar novamente, que me fizeram entender que a geografia e a educação são voláteis e formadas onde quer que você esteja e tenha vontade. Foram esses e outros motivos que trouxeram a ideia de pertencimento constante que a Geografia possibilita para o estudante de tal curso.

Percorrendo todos os contextos vistos durante o curso, é de suma importância trabalhar a educação como agente transformador da realidade, conceito esse que será utilizado durante todo o desenvolvimento deste trabalho de conclusão de curso. A atual educação brasileira vem sofrendo mudanças significativas nas responsabilidades que são atreladas a partir dela, para com as crianças, jovens e adultos que ainda estão na fase educacional de produção de conhecimento. Para isso, essa temática foi escolhida com a finalidade de

entender e problematizar como a reforma do Ensino Médio, que é aplicada com modelos neoliberais de financeirizar o ciclo básico da educação brasileira, é nociva para o desempenho dos estudantes. Ferretti (2018) diz que:

> Não é possível considerar que os problemas da formação humana pela via escolar possam ser efetivamente resolvidos apenas por mudanças nas políticas educativas no que diz respeito ao currículo, aos métodos, à formação, pois a educação apresenta limites, especialmente considerado o papel que muitas vezes desempenha de mera reprodução social. É necessário, por isso, entendê-la, também, como campo de contradições e, portanto, como campo de possibilidades de mudança, pelo menos no âmbito cultural (em sentido amplo) (FERRETTI, 2018, 39).

Nesse sentido, a educação ela sim vai ser um mecanismo de participação na formação humana, mas que não vai ter êxito de uma hora para outra simplesmente com a aplicação de uma reforma que visa resultados rápidos num país que não está preparado para viver um *boom* de produção de novos desempregados em busca de um emprego fictício prometido pelos agentes da reforma do Ensino Médio nos anos aplicados. Como comenta Ferretti na citação acima, essa reformulação currículo será apenas uma visão de desempenho de mera reprodução social, digamos que exagerada e segregadora.

O trabalho em questão, terá como objetivo geral apresentar uma discussão sobre como o neoliberalismo se instaurou nos parâmetros educacionais utilizados para criar a reforma do Ensino Médio que começou a ser aplicada nas escolas brasileiras a partir do ano de 2020. Com essas indagações, serão conversados os modos de se fazer educação num contexto precário para quem trabalha com a mesma, desde os professores até o corpo da gestão das escolas, e também para os alunos que enfrentam uma mudança extremamente significativa no modo de estudo dos mesmos, sem terem sido convocados para entender e participar da criação de tal medida. Nesses perímetros, a pesquisa se divide em três objetivos específicos: a) Mostrar o que é o neoliberalismo e sua participação na financeirização e privatização da educação; b) Contextualizar o que é o Ensino Médio brasileiro e a reforma do mesmo e; c) Criar um traçado entre o neoliberalismo e a reforma do Ensino Médio, pontuando onde as duas temáticas se cruzam na história e seu impacto no desenvolvimento das novas gerações que irão passar por essa grande modificação do currículo escolar brasileiro.

I. O NEOLIBERALISMO COMO MÉTODO E PROBLEMA

1.1. O que é o Neoliberalismo?

Dentro do conhecimento geral, o neoliberalismo é simplesmente a união de ideais políticos e econômicos que irão defender diretamente a ausência do estado nas diretrizes da economia, gerando assim o uso do livre comércio, visando a garantia do desenvolvimento social e crescimento econômico de uma nação. David Harvey explica que:

> O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio (HARVEY, 2014, 6)

Basicamente, se estabelece uma estrutura que mantém o desenvolvimento de uma sociedade a partir da solidificação de seus ideais dentro da economia individual e geral. O ser neoliberal pode manter suas atividades no setor privado gozando de seus direitos, mas o estado ainda pode se relacionar nessas questões, de forma mínima.

Na teoria neoliberal, a liberdade individual é garantida pela liberdade de mercado e de comércio que são elementos vitais do pensamento neoliberal. O enriquecimento a partir destes contextos se dá com a conceituação do Estado Neoliberal, onde o mesmo vai refletir na sociedade, as necessidades e visões dos detentores de propriedade privada e dos negócios, fazendo então com que o pequeno produtor se submeta a trabalhar dentro dos padrões de quem recebe mais lucro com o mesmo produto que ele.

Na década de 70, existia uma desregulação, privatização e retirada do Estado em muitas áreas do bem-estar social de muitos países que acolheram o neoliberalismo como prática político-econômica. Muitos Estados que foram criados a partir do colapso da antiga União-Soviética, por causa de questões sócio democráticas, adotaram o modo neoliberal de gerir, onde HARVEY (2014) vai explicar que tal método se tornou hegemônico como modalidade de discurso e passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo, gerando, durante o processo, uma ‘‘destruição criativa’’.

De acordo com BIANCHETTI (2005), o neoliberalismo encaminha o desaparecimento de um poder centralizador no qual supostamente se permite que as atividades de serviço do Estado sejam delegadas vantajosamente a autoridades regionais ou locais, totalmente limitadas em seus poderes coercitivos pelas regras ditadas por uma autoridade legislativa superior. Essas autoridades irão utilizar do seu poder para ditar como se deve trabalhar a economia numa área delimitada a partir de seus gostos e funções. O trabalho que até então era visto como livre e gerador de gastos e lucros independentes, agora irá girar em torno de quem dá as ordens, gerando repasses financeiros e tirando benefícios de quem trabalha na base da cadeia.

A aplicação do neoliberalismo vem da visão efetiva e de certa forma, pragmática, de se realizar uma reorganização do capitalismo. A acumulação do capital é vista como uma das maneiras de restaurar o poder das elites econômicas, justificando a teoria dentro de um sistema de legitimação da necessidade de investir para sustentar.

1.2 Financeirização de modo geral e atrelada a educação

No neoliberalismo, dentro das questões de financeirização do conhecimento, o principal método de ação seria a pressão. Entramos numa observação que mantém a organização privada como mantenedora da garantia dos direitos sociais, colocando a educação como material de venda, mesmo que em trabalho de parceria com as mãos governamentais. Em termos geográficos, a financeirização para Harvey (2012) afirma:

> Cada vez mais liberta das restrições e barreiras regulatórias que até então limitavam seu campo de ação, a atividade financeira pôde florescer como nunca antes, chegando a ocupar todos os espaços. Uma onda de inovações ocorreu nos serviços financeiros para produzir não apenas interligações globais bem mais sofisticadas, como também novos tipos de mercados financeiros baseados na securitização, nos derivativos e em todo tipo de negociação de futuros (HARVEY, 2012, p. 41).

Esse trânsito liberado para o capital financeiro é uma das maiores questões que permitem a introdução generalizada e forçada do mesmo dentro do setor educacional. Tudo se resolve com dinheiro, desde que mantenha os resultados esperados dentro das possibilidades

de se financeirizar o objeto. No ato de educar dentro de um sistema que vende o compartilhamento de ideias, as condições mínimas de preservação devem ser ativadas, realizando tal ato ao tratar a educação de modo ativo dentro da sociedade, onde o capital atinge a população em massa. Do modo como Catini (2019) diz, é como se a centralidade desse movimento levasse os conteúdos escolares a terem uma mudança na função social e no peso que a educação carrega, dispensando todo o arcabouço de conteúdos e formações, tornando tudo em um objeto de assistência social e segurança pública corretiva e assustadora.

É possível então, entender como funcionam essas parcerias entre o investidor público e o particular, que de primeiro impacto se parece algo benéfico para o desenvolvimento da educação de jovens e adultos, mas que na realidade é apenas um método de mascarar o envolvimento do ensino público pela iniciativa privada, transformando a educação em sistemas de ensino, termo bastante utilizado pelas empresas e conglomerados educacionais. Para Demerval Saviani, a implicação do termo "sistema", quando de sua adoção no campo educacional, pressupõe opção coordenada e integrada de partes em "um todo que articula uma variedade de elementos que, ao se integrarem ao todo, nem por isso perdem a própria identidade" (SAVIANI, 1997, 206). Tal ideia explica que a educação se faz necessária e carente de investimentos, onde lidar com a massa traz necessidades de oferecer qualidade no que se apresenta, visto que a educação sempre vai educar para o capital, sendo um objeto de negócios, desvalorizando a educação pública e criando assim mais um estigma de que só se existe desenvolvimento quando se paga por ele.

Pensando em como se funciona o modelo de educar e a própria produção da educação em contexto de transformação, nos surgem diversos questionamentos sobre como a renovação desses conceitos é feita. A resposta para essas dúvidas é encontrada quando se começa a introduzir o investimento financeiro como matéria injetável de avanço, onde é preciso pôr dinheiro para produzir em massa.

Muitas vezes a privatização é vista como uma "liberalização" - quando os agentes são libertados das regulações governamentais - e uma "mercantilização" - quando são criados novos mercados que proporcionam alternativas aos serviços do governo ou aos sistemas de distribuição estatal (Belfield, Levin, 2001). No setor educacional, a privatização é diversa. Ela ocorre desde a intenção dos pais de matricularem seus filhos em escolas particulares por saberem que nessas unidades educacionais existe uma "valorização" direta dos seus investimentos advindos do pagamento de mensalidades, matrícula e outros gastos, que supostamente se transformam em ensino de qualidade com resultados ao nível do valor pago. Esse é o modelo de oferta privada de educação em sua particularidade.

A política de investimentos privados no âmbito educacional é relacionada a muito mais questões além da produção e envio de livros didáticos ou preparações advindas de cursos de formação de professores movimentados pelo governo do município. Ela também realiza a mudança da operacionalização das diretrizes de policiamento público que o governo tem dentro da construção e desenvolvimento de uma escola, levando assim a empresa privada a se tornar operante no maquinário educacional desde seus princípios básicos de gerenciamento, percorrendo o método de produção das grades curriculares e culminando no direcionamento que a escola deve seguir em todas as fases do ano letivo ao decorrer da estabilidade e atuação privada.

A implementação dessas parcerias entre a esfera pública e a privada, vem da ideia de que exista uma estratégia para reforma e ampliamento de como o Estado trabalha a educação, onde se identifica uma tal crise na administração pública, visando assim a necessidade de ‘’terceirizar’’ as rédeas a partir de um investimento privado, modificando a administração gerencial. Essa polarização da educação como matéria de venda, vem da consolidação dos convênios educacionais, articulando um novo padrão de intervenção estatal resultante das novas demandas educativas assumidas após a injeção financeira das intervenientes privadas.

Essa situação de transformação e união do público-privado ao mesmo tempo que mostra as dificuldades que uma administração municipal apresenta no controle e manutenção dessas escolas, ela também serve para apresentar uma justificativa para os governos se apoiarem na esfera privada como fonte de investimento, onde se trabalha a ideia de que um setor público pode apresentar novos e melhores resultados quando se dá a valorização necessária a partir do dinheiro investido, relacionando o setor público ao privado. Carlos Jamil Cury comenta que:

> A rigor, as políticas de descentralização, sobretudo se acompanhadas do atual modo vigente do pacto federativo, significam um repasse de responsabilidade dos escalões nacionais para os subnacionais. Se estes últimos não forem capazes de sustentar suas responsabilidades, o risco é o de haver um deslocamento do público para o privado e aí reside o risco maior de uma competitividade e seletividade, de corte mercadológico, pouco natural aos fins da educação. (CURY, 2002, 196).

Com essa ideia, o sistema de ensino é generalizado a se tornar uma subdivisão do Estado, onde sempre irá se fazer necessária a presença da esfera privada nas decisões que anteriormente eram decididas dentro da municipalização e do viés estatal de como lidar com a administração, manutenção e produção escolar no Brasil. Sempre existirá um ganho na

qualidade para a escola pública quando a mesma é submetida a comparações com a gestão privada, trazendo à tona um estigma que impulsiona o sucateamento da educação pública.

De acordo com CATINI (2019), a gestão estatal-empresarial da educação prega uma tutela de formação da juventude trabalhadora, onde são estabelecidos critérios para reorganização da divisão e das relações de trabalho. Tal manobra de gestão prega a inovação de uma empresa privada dentro das infinitas possibilidades existentes no campo de trabalho onde ela é aplicada, mesmo que de forma precária. Essa gestão conta com um disciplinamento estudantil que percorre não só o modo, método e tipo de forma de ação do estudante dentro da sala de aula e dos moldes educacionais de tal parceria público-privada, mas também vem para dizer como a escola em si deve seguir na formação e produção dos professores e trabalhadores da educação no geral, visando de modo empresarial transformar toda a massa escolar em manobra de técnica de trabalho e capitalização.

Outra motivação para o interesse do governo na aquisição desses sistemas privados para o setor público escolar, é a distribuição dos livros didáticos a partir dos programas governamentais, sendo eles: o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), o Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de jovens e Adultos (PNLA) e o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) (disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro.>). Muitos dirigentes escolares da área municipal afirmam que um dos problemas no posicionamento governamental no trabalho educacional, é a falta e baixa eficiência na distribuição dos livros didáticos a partir de tais programas federais citados acima, materiais esses que são necessários para manutenção e desenvolvimento do ensino que pautam as atividades pedagógicas da ação educacional. O porém dessa motivação para aquisição privada, é que a população termina realizando um duplo pagamento por essas novas distribuições e materiais didáticos a partir da iniciativa empresarial, visto que os programas federais de produção dos livros já são incluídos dentro do pagamento de imposto nacional, onde esses recursos são de uma contrapartida do orçamento do Ministério da Educação (MEC) e são direcionados para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), gerando assim a necessidade de se pagar para o país e para a iniciativa privada.

A educação transformou-se em mercadoria? Ao tratar do assunto, Bottomore (1998, apud OLIVEIRA, 2009, 753) , sugere que “mercadoria” é tudo que possa ser “comprado ou vendido” numa perspectiva de acumulação de capital. A educação continua tendo um sentido social que vem do conceito de atingir as bases para produzir os avanços de uma sociedade, numa perspectiva que transforma o estudante em um agente modificador do seu meio a partir

do posicionamento que ele toma em sua vida, seja ela de desenvolvimento introspectivo ou intelectual para compartilhamento de ideais. O porém de toda essa questão, é que se parece ter reduzido o sentido social que essas ações educacionais trouxeram para o ser humano, tornando tudo que é calculável, em matéria de venda e troca de riquezas. Ocorreu um empobrecimento da coesão que a educação proporciona para quem mais precisava, ao voltar os olhos do desenvolvimento somente para quem financia e capitaliza o ensino no país. A globalização junto com o capitalismo, trouxeram novas tecnologias e produções que realmente valorizaram o trabalho individual e coletivo, mas também gerou uma mudança social com enorme impacto no âmbito educacional.

Segundo os estudos de Luiz Carlos Freitas (2018), a sociedade educacional começou a retornar ao modo tecnicista de fazer educação, onde

> [...] inserido em uma nova proposta de política educacional que potencializa seu poder de penetração no sistema público de ensino pela via da accountability meritocrática e da privatização, e com nova base tecnológica que permite o desenvolvimento de formas de interatividade do aluno com o conteúdo escolar jamais pensadas antes, redefinindo – como era seu desejo inicial inacabado, pois o nível tecnológico nos anos 1970 não ajudou neste objetivo – o próprio trabalho do professor e do aluno,tornando-os dependentes de um processo tecnológico que comanda, por si, o que, quando e como se ensina. (FREITAS, 2018, 105)

A educação passou a se tornar um investimento de capital onde o desenvolvimento das crianças e jovens que passam pela escola durante sua vida e formação de base estudantil. Tudo começou a virar tecnológico, mas também tecnicista, onde se prega uma formação educacional com moldes e viés trabalhista que procura criar e transformar o aluno em alguém apto para o mercado de trabalho dentro de um país que apresenta índices de desemprego e falta de vagas no mercado que beiram o desespero e ápice do subdesenvolvimento, criando assim uma espécie de *lobby* fictício que só existe no ato da venda do conteúdo escolar. Se faz necessária a reflexão acerca de tais consequências dentro das formas de inserção da privatização na educação pública. É necessário inovar, mas dentro de uma ascensão que levante todos os alunos de forma igualitária, e num processo que permita um desenvolvimento harmonioso em todos os quesitos da formação escolar. Quantas crianças e adolescentes permanecem anos dentro de uma escola sem ao menos terem uma alfabetização completa e com rendimentos? Quantas dessas crianças tiveram acesso aos moldes da democracia, cultura e sociedade dentro dos anos de ensino numa escola? Com essas questões, se cria a dúvida do porquê de se investir em conteúdos tecnológicos numa sociedade formada por um governo que ainda não se preocupa com a base escolar.

Os processos educativos que são fundados dentro do contexto de justiça social servem para nos mostrar como a educação é libertadora desde que se tenham as necessárias motivações e bases para conquistar o entorno. Quando se trata de financeirização do conhecimento educacional, essa base é validada a partir dos gastos feitos, que podem ser caracterizados como investimentos. A mercantilização desse ensino trabalha a imagem da melhoria e impulsionamento das propostas educacionais, pois se traz a ideia de que o mais caro é o melhor e o mais barato sempre pode ser melhorado.

A educação começou a ser tratada como movimento financeiro quando se viu a opção de atender demandas de mercado dentro de uma estrutura de controle social, que são as escolas. Quando se possibilita essa visão capitalista de manter pessoas pagantes dentro de uma sala com horário de entrada e saída, o aluno se torna um produto do mercado e o mercado torna-se chefe indireto de seu funcionário indireto. Com esse tratamento, as grandes empresas se aproveitaram da ideia de que a educação pode sim ser movida pelas quantias de dinheiro que são investidas nessa transformação forçada, mas vista como evolucionista e visionária no âmbito mercantil.

Outro momento que pode ser tratado com financeirização da educação, é a introdução das novas tecnologias como aparatos para desenvolvimento das aulas. Mesmo trazendo uma novidade e sendo uma motivação para melhoria do modo de dar aula, aproximando os alunos dos conceitos tecnológicos e materiais dinâmicos para facilitação do ensino e aprendizado do conteúdo, tais objetos como celulares, computadores, projetores, quadros interativos e outras produções da globalização e do capitalismo, nem toda criança e nem todo pai tem condição de manter uma tecnologia de ponta que, de certo modo, ainda é algo pautado na fetichização do avanço, assim como Marx analisa a mercadoria como uma categorização do fetichismo, sendo ele uma relação social estabelecida entre os homens para dar sentido na apreensão das coisas. “A continuidade do fluxo na circulação do capital é muito importante. Dentro deste pensamento voltado para o investimento, David Harvey vem comentar que ‘’O processo não pode ser interrompido sem incorrer em perdas. (...) Qualquer interrupção no processo ameaça levar à perda ou desvalorização do capital investido” (HARVEY, 2011, p. 42)., podendo ser traçado um constante questionamento sobre até onde a tecnologia é um investimento e em qual momento ela passa a ser considerada um fetichismo do capital, tendo em vista que nem todos os professores são capacitados para utilizar dos adventos tecnológicos sem uma capacitação garantida pelos fundos investidores, e também, nem todos os alunos e escolas serão contemplados por esses objetos de desenvolvimento.

O investimento é necessário e as escolas precisam sobreviver para transformar. Essa sobrevivência se dá a partir do tanto de valorização que é dada para a função social que tal localidade apresenta dentro da transformação que ela apresenta na área que ela atinge. A financeirização do âmbito educacional se apresenta como uma faca de dois gumes quando se analisa o modo em que ela afeta positivamente e negativamente dentro da injeção de valores postas por quem financia. Um ponto importante que se pode tirar sobre toda a questão de investimentos de uma escola é que o desenvolvimento não vem somente de quanto dinheiro se dá para construir e manter um lugar, mas também de como e onde se investe e quem é atingido com tal investimento. Não adianta de nada investir em uma escola de referência, e manter a periferia longe dos planos estatais de injeção de valor, e no final do ano letivo julgá-las como insuficiente e não produtiva.

II. A REFORMA DO ENSINO MÉDIO: NOVO CURRÍCULO, CONCEITOS RETRÓGRADOS

2.1. Conceituando o Ensino Médio

A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) de nº 9.394 de Dezembro de 1996, define a educação brasileira dentro da abrangência de três etapas de formação: a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. De acordo com os Artigos 22º e 23º da LDB, a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, organizando-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos e outras formas de organização, utilizando critérios próprios de competência, sempre com o interesse no processo de aprendizagem sendo a maior motivação.

Configurado na LDB (Lei no 9394/96) como etapa final da educação básica, o ensino médio é identificado dentro da perspectiva de uma educação tecnológica e produtora de matéria de mercado de trabalho, onde a flexibilização do currículo vai estabelecer um modelo educacional que passa a mostrar uma autonomia da escola e do aluno na sua adequação, praticando assim as competências das habilidades básicas da formação regular e profissional. O ensino médio tem sua origem a partir do período colonial, onde os jesuítas criaram o Ensino secundário, que visava transformar a segunda fase do ensino básico em um processo educativo que exigia um maior intelecto. Em tal momento, o estudo começou a ter uma organização mais sistemática e categorizada como formadora inicial da função social do aluno, onde Zotti (2005) afirma que:

> [...] Seu objetivo pedagógico tem sido o de proporcionar uma "cultura geral", que se vinculou até certa época ao currículo das humanidades clássicas e foi se modificando como resposta às novas exigências socioeconômicas, incorporando os estudos das ciências e das humanidades modernas, mas com caráter desinteressado e intelectualista, como meio de acesso ao ensino de nível superior. (ZOTTI, 2005, 30)

Com essa formação curricular, o ensino médio era responsável por mostrar para o aluno todos os posicionamentos que ele poderia tomar em sua vida, seja ela social, acadêmica ou profissional, criando possibilidades a partir do despertar de sua área de interesse. A

produção intelectual do aluno é a pauta em questão, articulando seus pensamentos dentro do campo de aplicação de maior conforto mental.

A fase em que o ensino médio se encontra dentro da vida escolar, pode ser caracterizada como o momento em que se começa a transformar o desenvolvimento individual em desenvolvimento econômico, dando responsabilidades ao aluno que até então eram desconhecidas dos mesmos, pois eles deixam de ser crianças com entendimento base de mundo, para adolescentes filhos do mundo, integralizando os mesmos na industrialização e modernização tecnológica da nação. É nessa fase que se começa a pensar como será o momento pós-escola, onde o aluno pode se encaixar fora do ambiente escolar e como ele pode atribuir a visão utilitarista aprendida na escola, a sua inserção no meio social formador de vagas de trabalho.

Mesmo com toda essa imagem proposta do ensino médio como etapa de transição entre mercados, Cury vem mostrar que:

> Assim, do ponto de vista jurídico, consideradas as três funções clássicas atribuídas ao ensino médio: a função propedêutica, a função profissionalizante e a função formativa, é esta última que agora, conceitual e legalmente, predomina sobre as outras. Legalmente falando, o ensino médio não é, como etapa formativa, nem porta para o ensino superior e nem chave para o mercado de trabalho. Ele tem uma finalidade em si, embora seja requisito tanto do ensino superior quanto da educação profissional de nível técnico (CURY, 2002, 182).

A explicação de Cury, que capacita e introduz a LDB nº 9.394/1996, traz consigo a nova motivação do Ensino Médio, onde o mesmo passa a ter uma visão de objetivo formativo próprio, deixando de ser apenas uma etapa de intermédio entre a escola e o mercado de trabalho ou ensino superior. Tal fase, de acordo com o Art. 35 da Lei:

> Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades: I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
>
> II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

> III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
>
> IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. (BRASIL, 1996).

A LDB então, tira a responsabilidade transitória do ensino médio de produzir novos alunos do ensino superior e material pro mercado de trabalho, deixando sua imagem sendo voltada para a formação geral do aluno dentro da educação básica. Assim como diz Sposito (1993), “as condições de vida recusam, ao mesmo tempo em que impõem, a necessidade de saber, do acesso à educação, a possibilidade do projeto que pretende um outro futuro, uma outra forma de viver a vida”.

Devido a universalização da educação e as altas porcentagens de jovens fora da escola, novas modalidades de ensino médio precisaram ser criadas: o médio regular, profissional ou educação de jovens e adultos. Tais novas modalidades estudantis foram fomentadas dentro da necessidade de uma transformação social do aluno, alterando o modo intelectual de ver o mundo além da escola, onde a tecnologia e os moldes contemporâneos de lidar com as questões sociais retornam ao encaixe tecnicista e bancário de educar. Com isso, foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que permitia a complementação financeira da educação a partir da União, servindo assim para ampliação dos recursos do Ensino Médio, fazendo surgir uma crescente no número de vagas ofertadas nas escolas públicas e valorizando mais ainda o custo financeiro que um aluno tem dentro da sua manutenção anual escolar. Com esses novos investimentos, a inovação tecnológica foi reconhecida dentro do ambiente escolar como um processo de transformação do viés estudantil, onde o acesso e a distribuição do conhecimento poderia se tornar algo dimensionado nas novas tecnologias da informação. Dentro dos novos métodos de investimento, mudanças na organização trabalhista e produtivas da educação foram feitas, onde a mecanização do ensino e a maneira tecnicista de estudar foram introduzidas como uma convergência entre o estudo e o mercado de trabalho, surgindo assim o ensino médio técnico no Brasil. Tal modalidade de ensino foi criada para preparar o acesso contínuo do estudo dos alunos mesmo após todas as fases propostas pela LDB de 1996, tornando necessário que os jovens trabalhem a revitalização e aplicação de um discurso de formação profissional, onde a educação voltava a preparar os mesmos para participar de cargos técnicos trabalhistas.

Além do ensino médio técnico, como citado anteriormente, também surgiu a Educação de Jovens e Adultos (EJA) como modalidade de formação e alfabetização de pessoas que sofreram do mal da evasão escolar e precisaram postergar seus estudos por necessidades que divergiam do momento escolar padrão. Dentro do EJA, a alfabetização se torna uma política pública que visa sanar os problemas causados pelos flagelos deixados durante os períodos dessa evasão dos jovens e adultos nos anos perdidos. A LDB, em seu artigo 37º § 1º diz que:

> **Art. 37º.** A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.
>
> **§ 1º.** Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

E, em seguida, no artigo 38º:

> **Art. 38º.** Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

Essas diretrizes apresentadas pela LDB para a formação de Jovens e Adultos que sofreram da necessidade de evasão escolar, servem para gerar novos índices de alfabetização no país, tornando o ensino brasileiro em algo que pode trabalhar o tempo perdido, transformando-o em aproveitamento.

Tais ideias apresentadas durante o corpo do texto de tal tópico são partes introdutórias de como a educação formadora do Brasil é necessária para o desenvolvimento cognitivo, político e social do aluno, gerando assim seres pensantes que participam ativamente do maquinário educacional que é o Ensino Médio brasileiro.

2.2 A Reforma do Ensino Médio

Vista como política de desenvolvimento do país, a reforma do ensino médio tem a finalidade de dar importância ao planejamento curricular, interligando o desenvolvimento do estudante para com o mercado de trabalho, movimentando sua função entre os parâmetros de transição entre aluno e trabalhador, gerando um currículo diversificado e flexibilizado que dá permissão ao jovem de optar por uma formação profissionalizante. A política governamental que transpassou inúmeros governos e somente teve sua aplicação e consolidação a partir do ano de 2022 traz consigo a ideia reformista de um novo método de ensino onde o currículo estudantil começa, de modo intrigante e subjetivo, a trabalhar a ocupação de novos membros na sociedade trabalhista brasileira desde os momentos de base da formação.

O principal objetivo da reforma é o de transformar a escola em um local de minimização da experiência da formação do aluno, onde suas demandas se voltam para interesses econômicos, visando a inserção dos estudantes no mercado de trabalho. A reforma traz essa mudança sem ter um olhar crítico e social do ato posterior à escola, enquadrando-a num direcionamento ligado aos interesses empresariais, levando as escolas a terem uma lógica privatista e mercantilista da educação, ocasionando num momento onde toda a carreira do jovem será definida a partir dos seus anos escolares, excluindo sua condição social e apenas se preocupando com a passagem do mesmo pela educação básica nos moldes do mercado privado neoliberal.

A nova identidade do Ensino Médio a partir da reforma, incorpora as necessidades locais dos alunos em relação ao desenvolvimento familiar e com os professores, onde a configuração dos mesmos se adequa a escola. Seu currículo irá levar em consideração a base comum nacional obrigatória com uma ampliação da carga horária de 800 para 1400 horas por ano; serão retiradas as disciplinas de filosofia sociologia e espanhol; haverá uma divisão da formação em cinco itinerários formativos, sendo eles relacionados às áreas de Matemáticas e suas Tecnologias, Linguagens e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Formação técnica e profissional; Matemática e Português serão disciplinas obrigatórias em todas as séries do Ensino médio, tendo cada uma 5h/aula por turma durante a semana; a língua inglesa será obrigatória, mas sem carga horária definida; a BNCC não poderá ser superior a 1800 h; Magendzo (1991) afirma que, se a diversificação e a flexibilização fossem verdadeiros princípios do planejamento curricular, este não seria centralizado como efetivamente o é, causando um efeito de descentralização na reforma, ocasionando divergências no sentido da mesma em relação a concepção do professor

sobre tais mudanças, onde o educador se torna agente de produção do currículo, o que substitui sua função como transmissor de conhecimento.

De acordo com o Art. 35-A da Lei, nº 13.415/2017,

> § 7º Os currículos do ensino médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais. (BRASIL, 2017)

Tal concepção vê o ensino médio dentro do plano de reforma, onde se tem a necessidade de cumprir o papel de facilitador das modificações que o jovem estudante irá enfrentar durante sua vida escolar e posteriormente como civil formado, onde o professor, como mediador, irá reinterpretar os dispositivos que até então eram considerados normativos para os alunos e deverão atribuir novos significados de modo unificado. A escola, juntamente com o professor e o corpo profissional deverá ser responsável pela criação de uma autonomia mental do aluno, onde suas decisões serão previamente idealizadas e aplicadas dentro da sala de aula, utilizando as matérias que ensinam sobre projeto de vida, formação contábil e socioemocional.

Para os professores, o novo ensino médio tem suas mudanças localizadas no planejamento e realização das aulas, onde eles deverão integrar seu modo de aula nas diferentes áreas de conhecimento apresentadas. Colocando tais necessidades em questão, a reforma traz em questão a possibilidade de pessoas formadas em áreas diferentes poderem ministrar aulas em cursos profissionalizantes de modo tecnicista, então, um engenheiro agora pode ser professor de um curso técnico voltado para a área de Edificações, sem ter a formação da licenciatura em seu currículo. O problema da modificação em questão mostra o quão agressiva a reforma pode ser dentro do que se conhece como atuação profissional licenciada. O professor que logo se torna um ser secundário dentro da sua área principal de trabalho, passando a dividir espaço com outras pessoas que foram beneficiadas por um sistema educacional moldado pelos grandes detentores do poder governamental, sucateando mais ainda uma profissão que não apresenta incentivos significativos durante todos os períodos da história.

Em outro momento da reforma, ainda seguindo o Artigo 35º da lei da reforma,

> Art. 35-A § 2º A Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia. (BRASIL, 2017)
>
> § 3º O ensino da língua portuguesa e da matemática será obrigatório nos três anos do ensino médio, assegurada às comunidades indígenas, também, a utilização das respectivas línguas maternas. (BRASIL, 2017)

É possível afirmar que o ensino das matérias voltadas para as questões sociais e desenvolvimento físico-mental, como educação física, arte, sociologia e filosofia, são caracterizados como estudos e práticas e não como ensino propriamente dito. Tais nomenclaturas mostram brechas no modo de aplicação desses conteúdos, onde diferente do ensino tradicional de português e matemática que são definidos na reforma como conteúdos obrigatórios e chamados de matérias obrigatórias, essas outras matérias são introduzidas dentro do produto da reforma nomeados de ‘’Projeto de vida’’ e ‘’temas transversais’’. É a descaracterização da formação e a invisibilização do ser humano como modificador do seu ambiente social.

A premissa da reforma do ensino médio, de acordo com seus criadores, é a de trazer benefícios formativos para todo o corpo docente e alunos. Tal mudança é tratada como algo que irá gerar mais tempo e possibilidades para os estudantes poderem aprofundar seus conhecimentos específicos e preferências trabalhistas, onde eles terão autonomia para escolher o seu foco de estudo e beneficiar seu posicionamento profissional. Existe uma premissa de desenvolvimento do projeto de vida que impacta diretamente na carreira dos alunos, onde as escolas irão dar prioridade nas atividades que rebatem diretamente com a imagem de um profissional técnico no mercado de trabalho, sendo elas posicionadas nas questões de cooperação, desenvolvimento e resolução de problemas, ideias e tecnologias. É postergar o sofrimento de um aluno, gerando ansiedade prévia em uma vida que ainda está em desenvolvimento. A reforma traz a ressalva de um discurso governamental que beira a lógica da oportunização. Se cria uma cobertura de possibilidades dentro das questões de inovações e flexibilização curricular, onde se tem a imagem de novas oportunidades possíveis para os alunos poderem optar por ter uma formação profissional ainda durante seus estudos. Tal discurso maquia a ideia de que os jovens com condições financeiras mais baixas irão poder encontrar dentro da escola uma melhor mobilização para o ingresso no mercado de trabalho e almejar ascensão social. O problema de propor um ensino de tal nível dentro das escolas

brasileiras está ligado diretamente à falta de oportunidades no âmbito profissional. A reforma está criando novos trabalhadores para um país que todos os dias bate recordes de aumento no índice de desemprego.

A concepção segundo a qual uma formação profissional precoce é a solução para acabar com a situação de pobreza vivenciada por muitos jovens, pauta-se por uma compreensão de caber ao Estado, somente o papel de assegurar políticas educacionais que oportunizem aos jovens a aquisição de capacidades de competir no mercado. O "resto" fica por conta do indivíduo, de seu mérito, de seu empreendedorismo, de sua disposição individual. Em uma lógica estruturada a partir da teoria do capital humano, os defensores da reforma concebem a escola como fomentadora deste capital, atribuindo às realizações e capacidades individuais a recompensa merecida (OLIVEIRA, 2020).

Todos os atos da reforma trabalham dentro de uma retórica capitalista e neoliberal de vender conteúdo. Sistemas de ranqueamento com mecanismos classificatórios que reforçam competições entre núcleos escolares, agentes econômicos interferindo diretamente na pauta organizacional de uma escola, motivações voltadas para ganho e acúmulo de capital e obsessão em números resultantes do ensino, são exemplos de como a reforma visa uma movimentação financeira acima, de forma esmagadora, da intenção inicial de uma escola, que seria a de simplesmente educar.

A reforma também é resultado da ouvidoria das motivações das reclamações dos alunos dentro do ambiente escolar. Problemas de infraestrutura, posicionamento e postura dos professores frente ao conteúdo e método de aula, falta do uso de recursos tecnológicos, segurança e má conservação das escolas foram citados em pesquisas feitas pelo governo para demonstrar a necessidade de reformar o Ensino Médio (TORRES et al., 2013).

Dayrell e Jesus (2013) também trouxeram a evasão escolar como um dos motivos que podem ser geradores da reforma do ensino médio, onde na citação a seguir:

> Os problemas de infraestrutura dos prédios escolares, os currículos escolares que pouco ou nada dialogam com as experiências de vida e com os projetos de futuro dos jovens, os professores despreparados ou desmotivados para lidar com estes jovens estudantes, a violência observada no interior de algumas escolas podem ser citados como alguns dos problemas que, certamente, desempenham papel importante neste contexto de exclusão escolar.Todavia, as barreiras e gargalos identificados pelos jovens entrevistados no que tange a continuidade de escolarização não podem ser reduzidas a aspectos estritamente escolares (DAYRELL e JESUS, 2013, 91).

É reforçada a máxima de que é necessário o conforto do estudante dentro do ambiente escolar para se atingir êxito nos pontos de alcance submetidos pela escola em si, e pelo governo regente. Questões como violência escolar, infraestrutura e insegurança social se tornam monstros na vida de um aluno a partir do momento em que ameaças ao seu desenvolvimento são colocadas frente a frente consigo.

Como ponto final deste capítulo, é necessário se falar sobre como foi dissolvida a importância de matérias formadoras do pensamento físico e social do mundo, dentro dos novos planos aplicados para o Ensino Médio. A Geografia, por exemplo, se tornou uma matéria que, anteriormente, já era escassa dentro da grade de horários de uma escola, algo quase inutilizável dentro das bases da reforma. É perturbador e de certa forma, insensível, tirar o poder do aluno de aprender como se forma o Mundo em que ele vive, desde as características físicas de relevo, clima, formação geológica geral, até as características sociais formadas pela cultura, geopolítica e ambientalismo. Educar no Brasil, sendo um professor de Geografia, virou uma guerrilha dentro do próprio ambiente de trabalho, que até então deveria ser acolhedor.

III. UM TRAÇADO ENTRE O NEOLIBERALISMO E A REFORMA DO ENSINO MÉDIO

Estudar a educação proporciona novas visões voltadas para o ato de educar, englobando as mais diversas possibilidades de gerar e compartilhar conhecimento no viés das práticas e teorias já consolidadas e, ao mesmo tempo, transformação das perspectivas de se fazer educação. Na visão crua do sentido, tal tópico da história do desenvolvimento humano traz consigo um aparato que busca mostrar como as fases das políticas educacionais atravessaram as fases das sociedades mundiais, englobando todas as ciências, sejam elas sociopolíticas ou econômicas.

As motivações para transformação social sempre foram voltadas para a necessidade de atingir massas, fazendo com que as mesmas mudassem suas expectativas e produtividade da condição de desenvolvimento em sociedade. A educação trabalha nesse ato, a partir do momento em que o transpassar das palavras deixou de ser algo inalcançável e virou uma possibilidade de encaminhar uma informação que era detida somente por quem fazia dinheiro a partir da manifestação do poder imperativo. Era necessário permitir a receptividade do conhecimento para se trazer liberdade intelectual. Com isso, a educação começa a ser discutida como algo que faz parte do mercado, ocorrendo assim a mercantilização do ensino.

Dentro do que se propõe do neoliberalismo vinculado à educação, o Estado se mostra como participante ativo da manutenção, levando em teoria, a garantia da qualidade e integridade de tal ato. Tal pensamento traz a visão de que a autonomia do desenvolvimento escolar é somente pautada nas questões administrativas, deixando todas as dimensões das avaliações, livros didáticos, conteúdos e módulos curriculares ainda de modo centralizado. Tal justificativa neoliberal como método de valorização do estudo, precariamente traz à tona o fúnebre futuro de se privatizar para avançar, ocorrendo então a desregulação e sucateamento do setor público de ensino, transformando-o em uma mercadoria de competição dentro das bases e moldes do capitalismo, de certo modo, de extração e desmantelo.

Por mais que a reforma do Ensino Médio tente trabalhar uma projeção de futuro na vida dos alunos a partir de manifestações de uma nova vida estudantil dentro do mercado de trabalho, tudo ainda é condicionado numa forma utilitarista e neoliberal de fazer educação. Existe uma organização curricular, métodos e possibilidades que podem ser encaixadas dentro de um termo de uso da educação confortáveis para o estudante e professor, mas de fato, a educação quando colocada no quesito da mudança específica da reforma, se torna apenas

uma moeda de troca onde se vendem números e resultados numa realidade de alunos em situação de extrema vulnerabilidade num país que sofre de uma economia quebrada e difícil de reerguer.

Durante a década de 1990, diversas alterações nos padrões da intervenção do Estado foram realizadas a partir do modo do neoliberalismo de lidar com o capitalismo social. Com essas mudanças, o Brasil trouxe a concepção da Lei de Diretrizes e Base, a LDB, podando os atos políticos e as reformas educacionais. De acordo com Gracindo (1998), toda lei expressa uma política e encaminha uma forma de gestão, sendo, sua versão final, resultante do embate das forças políticas que participam desse processo. Nota-se que política e a educação não podem ser analisadas separadamente, onde a primeira coloca em prática os objetivos da segunda, isto é, dá concretude às direções traçadas. O neoliberalismo entra na produção da LDB quando se conversa sobre as prioridades que são dadas dentro do ensino. A LDB vincula o Ensino Fundamental ao Município e Estado, colocando o mesmo em primeiro lugar nas intenções de valores. Nessas questões, já se observa a descentralização de tais poderes e criteriosamente, das ações e responsabilidades. Já na modalidade do Ensino Médio, ela é vista como um modelo que necessita de uma reconfiguração das dimensões de sua aplicação. A forma política e pedagógica deste nível de educação precisa ser atraente para o público que consome, praticando uma dinamicidade que posiciona os olhares dos estudantes para a potencialização da transição entre vida escolar e mercado de trabalho. Nesse contexto, a relação do neoliberalismo com a educação se dá em diversos aspectos, tais como: as concepções pedagógicas, a avaliação escolar; a municipalização da educação, a exclusão violenta dentro das escolas; a ideologia dos conteúdos: qualidade, quantidade e distribuição, privatização da educação" (CAPRIOGLIO et. al. 2000, 26).

No contexto neoliberal de se fazer educação, as transformações são caracterizadas no sentido da flexibilização do ato de educar, onde a reforma é voltada para ser aplicada tanto no setor produtivo quanto no setor de serviços. Se faz uma promoção da educação dentro das necessidades que uma escola apresenta, transformando os investimentos da escola em algo que futuramente vai ser devolvido, após cobrança incessante, a partir dos resultados que os alunos dão juntamente com suas notas e nivelações dos índices de aprovação em universidades e/ou integração no mercado de trabalho.

O real problema do neoliberalismo vinculado ao âmbito educacional, vem do roubo da autonomia do educador na validação da educação, onde se gera um autoritarismo dentro da grade produtiva e mantenedora da mesma, caracterizando assim a gestão escolar como figuras da venda do estudo dentro das quatro paredes que compõem uma sala de aula, transformando

assim o ensino em uma prestação de serviços baseada na compra e venda, materializando o intelecto do aluno e terceirizando a atuação profissional do professor, sem ao menos pagar o valor devido pelo seu trabalho.

Dentro do neoliberalismo a educação vai ser entendida como uma parcela da produção do intelecto do mercado, onde se faz necessária atingir metas escolares, cumprir lacunas e ultrapassar níveis com a finalidade de ascender socialmente, utilizando o conhecimento prévio como parâmetro. Para Moura e Lima Filho (2017) a subordinação da educação à lógica da competitividade é a marca de um projeto social no qual se esvazia a presença ativa do Estado no atendimento dos direitos sociais. No discurso neoliberal, a educação é excluída do campo sócio político e começa a fazer parte do mercado, onde três objetivos teóricos são atribuídos:

> 1. Atrelar a educação escolar à preparação para o trabalho e a pesquisa acadêmica ao imperativo do mercado ou às necessidades da livre iniciativa. Assegurar que o mundo empresarial tem interesse na educação porque deseja uma força de trabalho qualificada, apta para a competição no mercado nacional e internacional. [...] 2. Tornar a escola um meio de transmissão dos seus princípios doutrinários. O que está em questão é a adequação da escola à ideologia dominante. [...] 3. Fazer da escola um mercado para os produtos da indústria cultural e da informática, o que, aliás, é coerente com ideia de fazer a escola funcionar de forma semelhante ao mercado, mas é contraditório porque, enquanto, no discurso, os neoliberais condenam a participação direta do Estado no financiamento da educação, na prática, não hesitam em aproveitar os subsídios estatais para divulgar seus produtos didáticos e paradidáticos no mercado escolar. (MARRACH, 1996, 46-48).

Nesse processo, a educação deixa de ter como objeto a necessidade de transformação social dentro dos parâmetros de acessibilidade, e deixa de ser um direito, transformando-se em um bem para que a adquire mediante pagamento. A reforma do Ensino Médio aplicada a citação anterior, serve como produtora de uma força de trabalho que é qualificada dentro de uma realidade educacional que atualmente não consegue nem manter os estudantes dentro das escolas. Se trabalha uma máxima que a escola é um local de produção cultural, industrial e de informática, mas que não funciona pois hoje é mais fácil automatizar a educação tornando-a um produto mercantilista, do que potencializar os estudantes no âmbito da educação como criadora da visão conteudista e aproximadora do mundo. É o derretimento da educação caracterizado como direito constitucional.

Para Catini (2019), não há maior doutrinação ideológica do que a doutrina do mercado. O empreendedorismo se torna a palavra de força utilizada por essas empresas

privadas para gerar a ideia na cabeça do educador e do gestor, que a educação só é válida se for financeira e geradora de lucros. Lucros esses que precisam ser montados dentro de uma realidade que venha favorecer a privatização de um órgão público com trocas monetárias rápidas e de grandes taxas, mas que só tenha resultados para os alunos ao longo dos anos em que ele e seus parentes paguem com suor e dinheiro vivo, a terceirização de uma educação que até então deveria ser livre, grátis, saudável e totalmente pública nos olhares da sociedade e do estado.

A privatização educacional é um posicionamento de competição das escolas dentro do mercado da educação, onde a vantagem adquirida a partir dos investimentos vem de acordo com os índices anuais de conhecimento relacionados às notas dos alunos, servindo para mostrar como o dinheiro gasto está sendo distribuído e se mostra resultados positivos dentro de uma sociedade que paga diretamente e indiretamente pelo ensino. Se faz uma submissão da qualidade do ensino dentro da lógica do lucro, onde o cerne do problema é que tal modificação nas manobras de seguimento educacional são manejadas de forma elitizada, com a premissa de atingir novas camadas sociais, que no final da transformação, se torna algo segregador e gerador de diferenças. É a elite querendo mostrar poder de mudança, mas tampando os olhos de quem busca a educação num mundo que faz a mesma parecer inacessível.

Ao traçar um plano entre a reforma do Ensino Médio e o utilitarismo que o neoliberalismo traz atrelado aos termos educacionais, se vê uma constante luta de classes resultante da necessidade de estar ativamente presente dentro do mercado de trabalho. As políticas educacionais se tornam políticas de lucro e a educação em si, de forma bruta como conhecemos, vira uma particularidade que vai ser geradora de economia descentralizada. É necessário entender esses conceitos não só como uma reforma, mas como campo de contradições onde possibilidades de mudança podem ocorrer nas mais diversas áreas afetadas. Financeirizar a educação gera perda do sentido dentro da proposta de transformar a sociedade a partir do conhecimento. É possível notar um certo desespero nas abordagens da reforma, quando se trata a questão da rápida aplicação dos estudantes ao mundo profissional, onde se cria uma imagem falsa de um país preparado para receber os estudantes recém formados, sendo que a realidade encontrada é totalmente falaciosa e desesperadora.

A educação no sistema capitalista vira mercadoria e vira moeda de fetiche. Ela trabalha a perpetuação de um sistema falho e que não representa todas as pessoas que engloba, causando uma maior divisão social dentro do ambiente educacional e gerando vontades de ascensão que só coincidem com quem tem o poder aquisitivo para pagar, ou pelo

avanço instantâneo, ou pelo mecanismo de levante individual baseado no gasto financeiro. É a intensificação da barbárie dentro de um contexto onde a população se enfraquece com o fortalecimento de quem não os representa.

Nas palavras de Caprio e Lopes (2008), “dentro da atual condição que a educação brasileira se encontra, como a ideologia neoliberal, as influências internacionais, permitiu-nos perceber que esses não se constituem um sustentáculo para a viabilização da educação. Significa dizer, que eles nunca foram à garantia de que a educação básica acontecesse, e muito menos que ela fosse democratizada.’’ A educação é a base de uma sociedade e ela precisa dos investimentos corretos e das mudanças corretas na sua formação. Para isso acontecer de forma harmoniosa, é primordial se pensar em quem precisa da educação e como essas pessoas serão atingidas com melhorias na mesma. É preciso tratar o aluno e o professor como dignos de investimentos e confiança, num país que exercita a exclusão dos mesmos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação é um método de transformação social que precisa ser trabalhado de forma minuciosa. Ela apresenta necessidades voltadas para o carinho e o cuidado, pois para algumas parcelas e células da sociedade, ela é a única opção de ascensão social dentro de um contexto de um país que não valoriza e não tenta ajudar quem mais precisa. Nas palavras de Catini (2019), nunca fomos tão educados e, no entanto, nunca fomos tão privados de formação. A educação, que antes era uma forma de transformar os olhares das concepções de mundo através dos estudos, hoje se mostra como apenas um progresso do capital que engole todas as iniciativas de mudança social. Se começou a utilizar um caráter tão conservador na educação, que a valorização da mesma agora é medida de acordo com o tanto que se paga por ela.

Os direitos sociais estão aqui e estão sendo questionados. Não existe mais representatividade dentro do processo econômico para aqueles que são constantemente desrespeitados e sofredores da quebra da economia. Quem vive hoje do trabalho suado e conquistado a partir da educação, se depara com uma nova modalidade de ensino que coloca a ideia de elevação e ascensão social apenas e somente com o envolvimento no mercado de trabalho desde os anos iniciais dos seus estudos. O sentido que o Ensino Médio tinha de ser mediador entre a formação do aluno e transferência dos seus saberes para as áreas acadêmicas, hoje se transformou em uma migração forçada para o estudo técnico de como uma função trabalhista se realiza. O ensino do ciclo básico do aluno agora se transforma em uma aula de curso profissionalizante sobre marketing e interesses econômicos.

Catini (2019) vem nos dizer que a trilha do jovem hoje segue o contexto da escolarização ou a falta dele, onde os caminhos paralelos cruzados são: pelo lado do terror mais explícito, onde a juventude pobre é atingida pelo genocídio ou pelo encarceramento em massa nas “masmorras do subproletariado”. E, os números de ambos os processos são equivalentes aos de uma guerra civil, mas foram introduzidos na nossa vida como uma lei natural, que são marcas profundas da indiferença que por si só já é um índice de barbárie. Um movimento violento é tomado como método principal de lidar com a educação, onde ele tem início na desvalorização das pessoas como seres que necessitam de seus direitos aplicados para gerar uma existência numa sociedade tão cruel. A barbárie dita por Catini é representada nesse sentido, como um tratamento de choque baseado na produção monetária que simplesmente é agressiva e vai excluir quem não se adapta.

A Reforma do Ensino Médio citada durante o texto é um dos exemplos de como a barbárie destrói o estudante de modo silencioso e interior, por dentro do sistema. O método é sufocante a ponto de desvalorizar inicialmente ainda na teoria, a aplicação do professor e do estudante nas suas áreas de atuação, retirando o sentido de sua função, realocando as mesmas para locais mais confortáveis, financeiramente falando, para quem paga. Você irá trabalhar e estudar do jeito que seu financiador quiser.

O objetivo deste trabalho é mostrar o quão agressivo é a financeirização da educação dentro de processos que não são trabalhados diretamente com as pessoas que precisam da educação e, posteriormente, do mercado de trabalho em suas vidas. Não existe sentido na transformação da educação em algo preparador para a vida profissional quando não se tem uma plataforma que irá suprir todas as necessidades futuras de um trabalhador, visto que o Brasil cresce cada vez mais nos índices de desemprego e pobreza, refletindo no aumento da fome e da insegurança alimentar. Muitas das crianças e adolescentes que são o público-alvo dessa reforma, em algum momento irão precisar recorrer a evasão escolar para procurar empregos informais, pois o governo não cumpriu seu papel de mantenedor e assegurador da alimentação e trabalho para essas famílias atingidas pela desigualdade, seja ela social, econômica e em alguns aspectos, humana.

O fundamentalismo da reforma dentro dos termos neoliberais de se fazer economia dentro da educação, trabalha de forma utilitária. É dada uma utilidade para o aluno, mesmo sendo um papel que ele não apresenta os meios para assumir de forma íntegra e com êxito. Se colocam tradições e costumes a postos à sua disposição, mas que na verdade são reflexos de como o detentor do dinheiro vê o estudante dentro da sociedade capitalista: apenas mais um par de mãos e uma cabeça pensante que irá reproduzir um trabalho designado para as massas.

Por fim, a educação deve ser considerada como uma arma de luta e de modificação social. Parece clichê dizer que a revolta se faz a partir dos livros e do estudo, mas é o que realmente irá mudar a concepção de intelecto e bem-estar que o capital financeiro impôs na nossa sociedade. O estudante, hoje, é um ser que está em constante aprendizado nas mais diversas esferas do conhecimento e, amanhã, ele será um agente transformador da revolta e da realidade. É necessário se fazer a ressignificação da barbárie da educação atingida pela economia agressiva do modo neoliberal de gerir, trazendo de volta os eixos e bases de uma educação e libertadora que abre as portas da gaiola, fazendo o pássaro ter livre expressão e liberdade nos seus pensamentos.

REFERÊNCIAS

BELFIELD, C. R.; LEVIN, H. M. A privatização da educação: Causas e implicações. Lisboa: Edições ASA, 2004.

BIANCHETTI, R. G. Modelo Neoliberal e políticas educacionais. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

CATINI, Carolina. Educação e empreendedorismo da barbárie. In: CASSIO, F. (org.). Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019.

CAPRIOGLIO, C. A. et al: Análise da L.D.B. da Educação Nacional Lei nº 9394/96, Visão Filosófico-política dos pontos principais. Revista Eletrônica, Metavnoia, São João Del Rei, n. 2, jul. 2000.

DAYRELL, J. T.; JESUS, R. E. DE. JUVENTUDE, ENSINO MÉDIO E OS PROCESSOS DE EXCLUSÃO ESCOLAR. Educação & Sociedade, v. 37, n. 135, p. 407–423, jun. 2013.

HARVEY, David. O Neoliberalismo: história e implicações. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2012

HARVEY, David. O enigma do capital: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011

HARVEY, David - Neoliberalismo história e implicações - Edições Loyola, 2014.

FREITAS, L. C. (2018): A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular.

FERRETTI, C. J. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. Estudos Avançados. 2018, v. 32, n. 93

LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. BRASIL.

LOPES, E. C. P. M.; CAPRIO, M. As influências do modelo neoliberal na educação. Revista on line de Política e Gestão Educacional, n. 5, p. 1–16, 17 dez. 2008.

MARRACH, S. A. Neoliberalismo e Educação. In: GUIRALDELLI JUNIOR, P. (Org.). Infância, Educação e Neoliberalismo. São Paulo: Cortez, 1996. p. 42-56.

MOURA, D. H.; LIMA FILHO, D. L. A reforma do ensino médio. Regressão de direitos sociais. Revista Retratos da Escola, v. 11, n. 20, 2017, p. 109-129.

OLIVEIRA, R. D. A Reforma do Ensino Médio como expressão da nova hegemonia neoliberal. Educação Unisinos, v. 24, n. 1, 26 fev. 2020.

OLIVEIRA, R. P. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. Educação e Sociedade, v. 30, n. 108, p. 739-760, 2009.

Portal do FNDE - Programas do Livro. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro>. Acesso em: 21 out. 2022.

ROBERTO, C.; CURY, J. A EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL. Educ. Soc., Campinas, v. 23, p. 196, 2002.

SAUER, C. Geografia Cultural. n. 3, p. 7, jan. 1997.

SAVIANI, D. Educação brasileira: estrutura e sistema. 12. ed. Campinas: Autores Associados, 1997.

SPOSITO, Marilia Pontes. A recusa da escola. In: A ilusão fecunda: a luta por educação nos

movimentos populares. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1993.

TORRES, H. da G. et al. O que pensam os jovens de baixa renda sobre a escola.Relatório final. São Paulo: Fundação Victor Civita, 2013.

ZOTTI, S. Revista HISTEDBR On-line Artigo O ENSINO SECUNDÁRIO NO IMPÉRIO BRASILEIRO: CONSIDERAÇÕES SOBRE A FUNÇÃO SOCIAL E O CURRÍCULO DO COLÉGIO D. PEDRO II 1. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/revista/revis/revis18/art04_18.pdf>.

Documento assinado digitalmente
gov.br
ANA CAROLINA GONCALVES LEITE
Data: 08/06/2023 12:39:53-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br